

Entrevista

Entrevista com Vera Alves Cepêda: Democracia e desenvolvimento em tempos de crise

DOI: <https://doi.org/10.14244/agenda.2023.3.11>

 José Augusto Marques de Souza

Doutorando e Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Email: souzajoseaugusto@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6040-6895>

 Maycon Leandro

Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Email: mayconleandro819@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8675-5775>

246

O tema desta edição da revista *Agenda Política* (v. 11, n. 3, 2023), busca contribuir com diálogos acerca da legitimidade democrática no cenário em crise, adentrados em diferentes percepções, trajetórias e perspectivas teórico-epistemológicas. No contexto recente da política nacional e internacional, observamos a ascensão ao poder de líderes populistas com características autoritárias e partidos da extrema direita. Sendo assim, os artigos que compõem o dossiê visam analisar os desafios da democracia contemporânea, incluindo a regressão dos direitos, transformações das democracias liberais, enfraquecimento das instituições democráticas e das políticas públicas. Dessa forma, o dossiê propõe debater as dimensões democráticas em distintas visões e vertentes, com contribuições da Teoria Política, Pensamento Político Brasileiro e do Comportamento Político.

Articulados nessa temática, entrevistamos Vera Alves Cepêda, cientista política, Graduada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP), Mestra e Doutora em Ciência Política pela USP. Vera Cepêda tem uma longa carreira acadêmica e é referência no campo do pensamento político e social brasileiro, atuando em pesquisas nos seguintes temas de pesquisas: instituições; intelectuais e teorias ligados ao problema do desenvolvimento e da democracia; das capacidades estatais e ação das instituições públicas para a inclusão social e a equidade; fundamentos teóricos e constructos



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

intelectuais na Nova Direita no Brasil e no mundo. Atualmente, é professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), credenciada no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGPol), no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e no Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Administração e Sociedade (PPGAdS/UFSCar). É líder do grupo de pesquisa Ideias e Intelectuais para o desenvolvimento e a democracia (CNPq); diretora do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento (CICEF); pesquisadora da International Network for Analysis of Corporatism and Organized Interests (NETCOR instituições de pesquisa do Brasil, Portugal, Espanha, Argentina, França, Itália, Grécia, Polônia, Hungria, Paraguai) e uma das coordenadoras do Projeto Democracia, Direitos e Desenvolvimento – desafios do tempo presente (CNPq). É coordenadora do Eixo Temático Ideas, intelectuales y paradigmas: las trayectorias del Pensamiento Latinoamericano do Fórum Universitário do Mercosul (FoMERCOS) e coordenadora do GT Pensamento Político Brasileiro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP).

Essa entrevista com Vera Cepêda, realizada em 2024, visa discutir a democracia e desenvolvimento, através de uma análise crítica e reflexiva sobre a política brasileira entrelaçada com o processo de construção do projeto nacional de modernidade e do Estado Democrático de Direito, especialmente na perspectiva econômica (ultraliberalismo) e desdobramentos sociopolíticos da ascensão de governos de extrema direita em regimes democráticos na contemporaneidade. Nesse sentido, a entrevista foi realizada a partir dos seguintes eixos norteadores: a trajetória da democracia em diferentes contextos políticos e econômicos; o percurso nacional desenvolvimentismo no Brasil; diagnósticos da esquerda e Nova Direita como *campo* político e reflexões atuais do terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por meio de um olhar dos tensionamentos enfrentados para reconstruções das políticas públicas, mudanças climáticas e do desenvolvimento social. Por fim, Cepêda propõe diálogos sobre a democracia, desenvolvimentismo e as correntes político-ideológicas no âmbito da Ciência Política, sobretudo, da área do Pensamento Social e Político Brasileiro.

247

José Augusto Marques de Souza e Maycon Leandro: Vera Cepêda, gostaríamos de agradecer pela disponibilidade e pelo aceite em conceder esta entrevista. Nos últimos anos, temos acompanhado pesquisas com diferentes abordagens teóricas e epistemológicas acerca da legitimidade, democracia e crise democrática, em diferentes vertentes do campo da Ciência Política, pautados em debates sobre regressão democrática, polarização ideológica, transformações das democracias liberais, ascensão de partidos e lideranças de extrema-direita no âmbito brasileiro e internacional. Neste sentido, primeiramente gostaríamos que você falasse sobre o seu interesse inicial e trabalhos inseridos nessa temática, tendo em vista que ao longo da sua trajetória acadêmica produziu diversos textos relevantes para a Ciência Política brasileira a partir dos estudos do pensamento político brasileiro.

Vera Alves Cepêda: Esse tema entrou na minha agenda de pesquisa há mais de trinta anos, em minha pesquisa de mestrado que era, originalmente uma análise sobre o conceito de democracia na obra do filósofo político italiano Antonio Gramsci e sua influência no debate brasileiro, em especial após a crise de 1964. No desenvolvimento desta pesquisa, que procurava explicar a apropriação e a ressignificação da tese gramsciana ao contexto político brasileiro, fui descobrindo uma miríade de novas questões, originadas e ajustadas ao difícil percurso da democracia no Brasil. Percebi como era forte, em um país da periferia do capitalismo mundial, de herança primário-exportadora e de passado colonial, a força da conexão entre a dimensão econômica e as escolhas políticas nacionais. Vindo de um estudo em que essa relação economia-política já era central, como o marxismo e mais ainda na inovadora concepção dela feita por Gramsci, fui observando e descobrindo um universo novo de problemas e correlações. Se antes minha preocupação eram as décadas de 1960 e 1970, da guinada pró Gramsci pelos intelectuais de esquerda brasileiros, fui recuando no tempo em busca das formas pretéritas da conexão economia-política, procurando, naquela altura o seu “momento zero”. E cheguei ao problema do subdesenvolvimento, tanto como forma social quanto como teoria explicativa.

Houve um giro na minha agenda de pesquisa e se inicia nesse reposicionamento toda a minha posterior linha de pesquisa, marcada pela fortíssima vinculação entre teoria e história, teoria e escolhas políticas e política e economia. Um segundo desdobramento foi o reforço, antes parcialmente percebido em minha formação como cientista social, da condição de periferia e de tardo capitalismo como condicionantes (o termo é pesado, mas a ideia é essa mesmo) da formação social, econômica e da trajetória política brasileira. E ainda, um terceiro ponto, do peso que as concepções intelectuais e das correntes teóricas tiveram em uma sociedade que descobriu-se (ou compreendeu-se) pela situação de subdesenvolvimento. Dai em diante, toda a reflexão que fiz, da análise de intelectuais brasileiros importantes nesse debate, como Roberto Simonsen nas décadas de 1930 e 1940, Celso Furtado na décadas de 1950 e 1960, os pensadores orgânicos corporativistas na Era Vargas, os cepalinos no acelerado processo de modernização e a modernização tecnocrática do regime militar, esteve marcada pelo signo do tema do desenvolvimento e de seus efeitos no campo político (porque seu instrumento de mudança social passava pelo Estado e por sua capacidade, econômica e política, de intervenção).

Como resultado dessa linha de pesquisa entendo hoje, olhando em retrospectiva, que houve fases na história nacional, compreendidas pelo ângulo da associação entre economia, política e desenvolvimento. O modelo primário-exportador (da Colônia até o final da Primeira República), o nacional-desenvolvimentismo (de 1930 até 1984), o interregno neoliberal, o retorno do *novo* nacional-desenvolvimentismo (2003 até 2016, observando sua condição mais esmaecida nos governos Dilma) e a crise da Nova Direita (e seu antidesenvolvimentismo, mais significativo, na minha opinião que seu antipetismo).

Em uma perspectiva ampla, podemos observar o movimento anteriormente apontado em alguns marcos fundamentais. A fase colonial submetida às escolhas feitas pela Metrópole portuguesa deixou uma herança muito pesada para ser enfrentada posteriormente: opção pela economia primário-exportadora, a ocupação do território pela racionalidade econômica, o latifúndio e a instituição da

escravidão (que como apontado por Caio Prado Jr em 1942, em *Formação do Brasil Contemporâneo - Colônia*, formavam o *sentido* da colonização brasileira). Quando pensamos em projetos nacionais, construções de instituições mais modernas e de instituições democráticas, temos que considerar a ordem natural dos fatores responsáveis por mudanças econômicas e seus impactos para as mudanças sociais e, por consequência, para produção das instituições modernas. Tais transformações foram guiadas pelos paradigmas fundamentais das democracias originárias e das democracias genéticas, mas que não ocorrem em países com tradições periféricas, de capitalismo tardio e colonial, porque na trajetória brasileira, o moderno aqui se fez diferente.

No caso brasileiro, conseguimos nos modernizar e fomos capazes de produzir atividades vitais e robustas. No entanto, essas atividades estavam afastadas e um pouco apartadas do que era esperado para a formação de uma burguesia nacional industrial, com capacidade de um projeto nacional, mecanismos de legitimação e construção de uma ordem democrática para a sustentação de um projeto nacional de modernidade. Em linhas gerais, a nossa modernização sofreu com influências externas, especialmente, dos ajustes para uma divisão internacional do trabalho, representando não somente a ordem econômica, mas também de direcionamentos nas posições geopolíticas e, particularmente, no desenho político doméstico.

249 Após a emancipação e fundação do Estado Nacional o apartamento do modelo liberal das Revoluções Burguesas ganhou conotações contraditórias: um discurso fortemente liberal na economia, mas não liberal na política. Isso se observa nas formas políticas pós Independência, em especial quanto aos temas dos direitos civis e políticos (exigência jusnaturalista) impossíveis em uma sociedade que aceitava a escravidão, e também na presença do poder moderador. No momento republicano (1889-1930), manteve-se o liberalismo econômico com aceitação exclusiva da tese das vantagens comparativas (legitimação da vocação agrária como destino econômico de um país com as condições de terra e clima como o Brasil) e manteve de forma contraditória e instrumental de liberalismo político (cf. nos explicam a tese do idealismo de Oliveira Vianna ou adiante pela percepção das 'ideias fora de lugar'), comprovados pelos vícios do coronelismo, da política café-com-leite, com as manobras sobre o processo eleitoral, pela ausência de controle e fiscalização dos pleitos, pelo formato oligárquico assumido pelos partidos e ainda pelo reduzidíssimo tamanho do colégio eleitoral. Adiante, a partir da Era Vargas, a hipertrofia do Estado e de suas funções, muitas vezes destacando seu caráter demiúrgico, modificou a paisagem da sociedade e da economia, mas de cima para baixo. Modernizou, sim. Modificou, sim. Mas, por outro lado, subalternizou a sociedade e presidiu, de maneira tecnocrática, todo o processo de transformação, empobrecendo a cultura política democrática no país - fazendo aqui a ressalva ao período 1946-1964, onde democracia existiu, mas teve que conviver com as enormes e poderosas prerrogativas do planejamento.

Essa submissão do interesse do Estado à economia e da sociedade à ação do Estado é problemático e pode nos ajudar a compreender traços debilitadores da cultura democrática brasileira. Houve, com certeza um giro de mudança com a atuação dos movimentos sociais e protagonismo de novos atores que se daria ao final da década de 1970.

No contexto de redemocratização, foi marcado pela conjuntura da crise da ditadura e a democracia ganhou um outro fôlego e novos contornos no Brasil. As instituições democráticas ganharam visibilidade por meio da organização da sociedade civil, os partidos se modernizaram, a democracia de massas e o regime de direitos também se institucionalizaram. Nesse sentido, o período que vai até o final da década de 1970 conforma uma longa pauta da minha agenda de pesquisa, que examinou qual o lugar da democracia em um contexto periférico e de economia retardatária, entre o subdesenvolvimento e a arrancada desenvolvimentista.

Atualmente, minhas pesquisas estão inseridas em análises do surgimento de um amplo movimento anti-institucional e anti-democrático, denominado pela literatura de Nova Direita, representação do que estamos chamando de crises democráticas. Compósita, orbita em torno de uma perspectiva econômica (o ultraliberalismo), no ângulo moral e político pelo conservadorismo. Este último expressa uma perspectiva excludente de mundo apoiada pela lógica dos valores, colocando-se em posição contrária às transformações sociais nas últimas décadas como a inclusão, empoderamento de setores da sociedade brasileira e implementação de políticas sociais voltadas para segmentos excluídos e subalternizados no nosso processo de modernização. Juntas, questionam o papel do Estado (o que significa quais as funções são à ele atribuídas na organização da paz e prosperidade social) e expressam sua desconfiança, quiçá desamor, às formas democráticas.

250

Este último movimento, ocorrido com o surgimento da Nova Direita colapsou o período de maturidade, ou parcial maturidade, da experiência democrática brasileira após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e o início do real ciclo eleitoral democrático (eleições diretas e competitivas). O ponto áureo dessa regressão no Brasil é o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff em 2016. Desde esse fato acompanhamos o acirramento de um movimento anti-institucional, enquanto um projeto político organizado, com largas bases sociais, instrumentos de formação da opinião pública e apta a disputar os espaços políticos. Sua face pública, carismática e midiática foi o bolsonarismo. Aqui é importante lembrar que a Nova Direita, ou Novas Direitas, são mais amplas que o bolsonarismo, com múltiplos interesses e representando variadas ideologias, circunstancialmente alinhadas nesse campo político.

Surge assim uma nova pauta de pesquisa em minha trajetória: a crise recente e a articulação do campo político da Nova Direita no Brasil, conectadas com a trajetória nacional pregressa em muitos pontos e alinhando, de nova forma, as correlações entre a economia, o pensamento (quer sejam ideologias, teorias ou seus porta-vozes institucionais ou individuais) e a democracia e suas instituições.

José Augusto Marques de Souza e Maycon Leandro: Seus estudos recentes, abordam questões da Nova Direita brasileira e desenvolvimentismo como campo político, as interações entre as ideologias e a desdemocratização nas últimas décadas. Como você visualiza essas questões no debate político e acadêmico atual? E como a área do pensamento político brasileiro é capaz de contribuir para a compreensão dos desafios teóricos e práticos da crise contemporânea da democracia?

Vera Alves Cepêda: Ao longo da minha experiência acadêmica aprendi que a pesquisa é um doloroso exercício da reflexão crítica, de ajuste entre formulações mais teóricas e de sua aplicabilidade aos contextos concretos na realidade. Nesse sentido, nenhum debate é fácil de ser feito, principalmente quando falamos da política, pois esta corresponde à uma multitude de níveis de análise, sendo composta por muitas faces e forças que vão das instituições ao comportamento dos indivíduos e suas convicções, e ainda aos constrangimentos da ordem material e das tensões acumuladas historicamente. É tarefa árdua, mas me parece necessário procurar compreender a dimensão política a partir do exame multidisciplinar e transdisciplinar, incluindo o recurso à mais de um método de observação (selecionado em função da pergunta que cada pesquisador faz ao multiverso da política).

Vejam que aponte aqui camadas de composição do fenômeno político e da necessária seleção de ângulos de análise. Nesta direção, seria difícil enxergar o *todo* da política, mas é o que tentamos como pesquisadores, muitas vezes seccionando recortes menores e os conectando em busca de clarear sua dinâmica e lógica funcional.

Utilizo a imagem de campo político procurando compreender a multiplicidade de setores, grupos, interesses e atores articulados em um *arranjo* (temporal, particular) com eixos articulantes e fronteiras ideológicas minimamente visíveis, mas não estática e nem permanente. Usei esta imagem-conceito nos últimos anos para compreender a formação e ação de um conjunto de atores heterogêneos e historicamente não próximos, como o ultraliberalismo (econômico) e o conservadorismo moral, na composição da Nova Direita no Brasil.

Entre os vários elementos que cinzelaram essa convergência, junção perigosa da regressão democrática, destaco um primeiro aspecto interessante: a redução da democracia unicamente à variável “eleições”, espécie de metonímia onde se toma a parte pelo todo. Ao contrário, toda a história do pensamento político moderno mostra a complexidade dos regimes democráticos, em síntese no formato do Estado Democrático de Direito, desde a soberania do povo, a condição constitucional (*sub lege e per leges*), a lógica dos freios e contrapesos, os direitos fundamentais, a representação como critério definidor das ações estatais, a existência de mecanismos plurais para organização da sociedade civil e o respeito às regras do jogo – podemos escolher aqui entre a definição formal feita por Norberto Bobbio em *O futuro da democracia* (1986) ou a exigência mais fina apresentada por Robert Dahl em *Poliarquia* (2005).

Reduzir democracia apenas ao processo eleitoral, além de desconsiderar todo o vasto edifício das instituições políticas modernas, cria dois problemas. O primeiro, de trazer de volta um velho tema conhecido desde os debates da Carta Constitucional norte-americana de 1787 - o problema da tirania da maioria versus a tirania da minoria, quando o princípio numérico majoritário seria capaz de aniquilar interesses de menor presença, ou, em seu oposto, se preservados estes últimos, na negação da vontade da maioria. A redução da legitimidade democrática ao princípio único e excludente da maioria pode ir a apagar direitos fundamentais e tornar a vida pública menos plural – esse receio, é usado por alguns autores recentes na chave da democracia plebiscitária (infensa ao delicado jogo dos contrapesos e do pluralismo). Nesta direção, é possível pensar em um governo despótico, eleito pela maioria de seu

povo, criando um segundo ângulo de problemas: o agigantamento do tamanho e das competências do Estado, como na icônica imagem do Leviatã hobbesiano. A questão fundamental consiste em impedir que o Estado se torne maior do que a sociedade ou o comitê de gerenciamento de parte majoritária de interesses (mas longe das diretrizes da república), caso típico do autoritarismo e das ditaduras, e em situação extrema, do totalitarismo.

Para conter a possibilidade despótica do poder estatal é necessária todo o conjunto dos instrumentos subjacentes à engenharia das instituições democráticas, funcionando como garantias de que a democracia continue realizando o seu projeto original, equilibrada entre regras do jogo e mecanismos de multiplicação de focos e canais de poder. Caso esta engenharia se perca, mesmo como resultado de uma competição eleitoral, as condições de mudança de direção serão mais problemáticas e custosas, muito além do custo de uma mudança de opinião dos eleitores quando em um Estado Democrático de Direito (EDD). Creio que nesta direção, compreender como se formam os valores e a cultura anti EDD é de fundamental importância. Esta me parece esta é a contribuição que a área de pensamento político e teoria política pode realizar. O retorno aos valores e às ideologias na orientação da ação política retornaram com força e mesmo que respirem os ares do tempo presente estão conectadas, enraizadas em um acervo de ideias, teses e visões de mundo pré-existentes na formação da sociedade, da economia e das instituições brasileiras.

252

Enquanto pesquisadora eu havia percebido que a importância do pensamento político havia declinado a partir dos anos de 1980. Anteriormente as teses, obras, autores e escolas foram fundamentais em todo o processo de modernização acelerado do país, situação na qual os diagnósticos e interpretações foram parte importante da luta política e orientaram a identidade e projetos em disputa, com força suficiente para serem adotadas como diretrizes para políticas governamentais. Dois exemplos nos bastam para visualizar a correlação entre ideias e postulados e modelagem política: os pensadores orgânico-autoritário da década de 1930 e o projeto de Estado demiurgo da Era Vargas; a tese do subdesenvolvimento e a defesa do planejamento nacional entre 1940 e 1964. Havia, nestes dois momentos uma conexão fortíssima entre o que se pensava e o que se propunha/fazia politicamente. Após a década de 1970, a modernização socioeconômica havia mudado a paisagem nacional. Os movimentos sociais e a redemocratização criaram canais de organização e representação direta dos grupos sociais e interesses, mediados pelos canais institucionais. A opinião pública, os partidos e a disputa eleitoral tornaram-se centrais e pavimentaram dali por diante o caminho da Nova República e de sua institucionalidade democrática. Havia sido encontrada uma fórmula política alicerçada no voto e na preferência individual em grande medida racionalmente organizado.

A grande surpresa dos últimos anos, principalmente a partir das Jornadas de Junho de 2013, foi o retorno de uma proposição que parecia vencida desde meus anos de formação: o peso das disputas ideológicas. A anterior centralidade de disputas materiais foi dando lugar, em especial após 2013, para um modelo valorativo, volitivo e ideológico. Há um declínio da força do diagnóstico nesse período e uma correlata expansão da vitalidade organizativa da própria sociedade. Mas essa etapa, mediada por movimentos sociais, partidos, burocracias e opinião pública que orientavam sua ação pelo aumento

dos ganhos políticos materiais, distributivos ou identitários, resvalou nos últimos anos para um novo arranjo orientado menos pelas disposições clássicas de interesse e adentraram ao campo de a priori volitivos, valorativos e altamente ideologizados. E não é possível compreender os dilemas atuais das democracias com as ferramentas que estávamos acostumados a utilizar para explicar a Nova República. Em um momento de forte institucionalização e estabilidade democrática, a leitura institucional, racional é preciosa. Mas a disputa mudou de padrão e vejo neste novo contexto as ramificações de debates que ocorreram em período anterior, para os quais a área de teoria e pensamento político pode contribuir e muito.

Pode ser que em outro contexto histórico e político, possam surgir outras questões e desafios políticos, mas atualmente as visões de mundo e a concepção dos valores dos atores sobre o que é a política, a função do Estado e o se entende por liberdade precisam ser considerados na análise. O campo teórico e as matrizes da Teoria Política aplicados à experiência brasileira, incluindo a área do Pensamento Político Brasileiro, são valiosos para entender se o que vemos na pauta do debate atual são fenômenos novos ou se são ressignificações de dinâmicas ou caminhos já percorridos na vida política brasileira. Por outro lado, podemos também discutir se crise democrática atual é um legado da nossa trajetória e formação enquanto Estado (se está inscrita na dinâmica da nossa formação e reformação) ou se é uma recepção de uma dinâmica internacional, a exemplo do mimetismo das “ideias fora de lugar” que tão fortemente marcou o pensamento político nacional. Ou seja, quanto de cada uma das inclinações (efeitos nacionais versus dinâmica mundial) responde melhor à explicação sobre a crise democrática atual.

253

José Augusto Marques de Souza e Maycon Leandro: No seu artigo de 2021 intitulado “A nova direita no Brasil: ideologia e agenda política” que foi publicado no livro “Democracia e Direitos Humanos no Brasil: a ofensiva das direitas (2016/2020)”, você analisa a trajetória da Nova Direita deste resultado eleitoral de 2002 e os desdobramentos de um governo novo desenvolvimentista a partir de 2003 e até a chegada do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). Ao longo do trabalho você propõe reflexões argumentando que a Nova Direita não é simplesmente um projeto partidário, eleitoral ou de governo, mas um projeto político que visa a corrosão dos valores democráticos e da instabilidade das instituições. Deste modo, qual a sua definição da Nova Direita na trajetória brasileira?

Vera Alves Cepêda: Começo retomando a tese central do artigo mencionado: a leitura dos arranjos e diretrizes do que denominei *campo* da Nova Direita no Brasil enquanto uma coalizão anti-desenvolvimentista. Vejam que o arranjo congrega atores com inclinações muito diferentes, ultraliberais na economia e conservadores moral e politicamente. Abro aqui um parêntesis para questionar uma leitura enviesada e muito comum sobre o conservadorismo moral tornando-o sinônimo dos costumes e das regras sociais. No cenário dos conflitos atuais as questões morais deram um passo adiante, pois querem tornar-se regra cogente para toda a ordem social. Deixam de ser, assim, uma ação pautada nos costumes e valores sociais (que são amplos e distintos para grupos e camadas

distintas da sociedade) e desejam se converter em princípio político universal (a ideia de ‘domínio’, expressado por muitas dessas correntes é exemplar dessa lógica). Na primeira acepção a força do moralismo é societal, mas na segunda acepção ela se pretende Lei – por esse motivo prefiro utilizar a expressão conservadorismo político-moral (que é o que ele de fato quer se tornar).

Quanto ao termo ultraliberalismo também gostaria de fazer uma ressalva. Ele é utilizado para diferenciá-lo do neoliberalismo, em especial aquele surgido na década de 1970/1980, opositor do projeto político do Estado de Bem-Estar. No Brasil, é fato curioso, o neoliberalismo da década de 1980, sob o governo Fernando Henrique, não se opôs à uma tradição de *Welfare State* – porque não a tivéramos até então. O neoliberalismo *a lá Brasil* era, nessa altura, uma recusa ao legado da Era Vargas, tomada como sinônimo de toda tradição de forte atuação estatal na orientação da mudança social. Já era, então, um anti-desenvolvimentismo. Recusava o enorme papel assumido pela ação estatal focada na economia, na promoção da industrialização - por isso sua chave explicativa estava na abertura comercial, no enfraquecimento e na reforma do Estado e no processo de desestatização econômico. Nos últimos anos, o ultraliberalismo significou tanto realizar a função não assumida na década de 1990 (agora negando a inclinação social-desenvolvimentista e expansiva de direitos dos governos petistas pós-2003) quanto avançar na tarefa de desregulamentação ambiental, protetiva e no chamado ‘custo Brasil’, bem como na privatização das demandas sociais (em especial trabalho, saúde, educação e outros direitos sociais, implodidos já com a Ponte para o futuro de Michel Temer).

254

No amplo campo da Nova Direita brasileira o ultraliberalismo e o conservadorismo político-moral se opõem fortemente à um Estado capaz, apresentado como um perigo comunista. Curiosamente, a recusa do Estado me parece, em ambas as frentes, uma falácia.

O ultraliberalismo pede menos regulação e menos controles sobre um mercado que quer ser absolutamente autonomizado em suas ações. Regulação diz respeito à direitos difusos e coletivos, como meio ambiente, agrotóxicos, expansão de fronteiras, mineração, desastres, etc., que só podem ser contidos pela legitimidade e autoridade nacional (leia-se Estado). Há muito as correntes liberais se opõem ao custo Brasil, referindo-se, em geral, aos direitos do Trabalho, ao investimento em proteção social e ao leque de políticas públicas de minoração de desigualdades. É a tese de que o PIB não dá conta da ganstança social que emana da Constituição de 1988. Por outro lado, a economia pede renúncias fiscais, mudanças tarifárias, juros subsidiados e subvenções (diretas e indiretas), menos regulação (lido ao contrário, mais direito de exploração e expansão sem freios), etc. Então nesta chave, *há Estado e muito Estado!* A pergunta é quem o Estado deve proteger. A resposta: somente os atores econômicos.

O conservadorismo político-moral contesta um Estado que expandiu as fronteiras da cidadania e permitiu novos arranjos familiares e identitários, mexendo na “ordem natural do mundo” e dando espaço para patologias sociais. No entanto, esse setor quer chegar ao poder de Estado para modificar, por sua vez, as regras da família normalizada, as identidades tidas como saudáveis, preservando uma lógica natural da divisão sexual dos papéis sociais (como o patriarcado e a norma cisgênero). Seu desejo

é coibir o anormal e restaurar a ordem normal. Então, para este grupo e seus objetivos, *deve haver* Estado, *muito* Estado!

Por motivos muito diversos conservadores e ultraliberais foram unidos pelo antagonismo ao Estado. No caso brasileiro em que não houve e não havia comunismo (e nem mesmo uma boa cepa de social-democracia), o velho fantasma tão bem trabalhado pela retórica do golpe de 1964 e pela Guerra Fria, esse papel coube à medida ao projeto novo desenvolvimentista, base dos governos petistas de 2003 até 2016, muitas vezes identificado como anti-petismo.

Minha hipótese é que o eixo articulador da Nova Direita é o modelo nacional desenvolvimentista em suas capacidades estatais de provocar mudanças sociais. Mas para entendermos essa tela de fundo é preciso, primeiro, definir o que é esse modelo, incluindo a compreensão de que ele é maior que o petismo, de quem este último é parte em um longa trajetória e marcado por particularidades de época.

Há um consenso no debate brasileiro sobre a presença e importância dessa tradição nacional desenvolvimentista, de longa duração na experiência política brasileira. Iniciada na Era Vargas, incluída pelo viés econômico na República de 1946 (período de surgimento do Plano SALTE, Metas, Trienal) permaneceria central no regime militar (PAEG, I PND, II PND). O interregno da hiperinflação e da etapa neoliberal paralisam essa vertente no Brasil, que é retomada em 2003, pelo primeiro mandato do governo Lula.

255

Embora o modelo nacional-desenvolvimentista esteja presente em boa parte do período republicano, seus objetivos variaram e, em especial, seus arranjos políticos também. No período da Era Vargas, podemos afirmar que seu proto-desenvolvimentismo não possuía inclinações democráticas, bem ao contrário. Entre 1946 e até 1964, fica visível a trajetória democrática, mas comprometida pela dinâmica do populismo. O terceiro momento, no contexto do regime militar, foi autoritário. Nesta última fase o projeto/modelo de desenvolvimento foi perdendo a sua capacidade de transformação estrutural da sociedade, em especial por ter se afastado da meta de aumento da renda. O regime militar foi profundamente orientado pela questão da industrialização, pelos interesses empresariais e não guiado pelos interesses das classes trabalhadoras, vide o custo histórico das estratégias de arrocho salarial.

Dessa forma, as três fases mostram uma tradição nacional desenvolvimentista muito vigorosa no Brasil, mas com percursos políticos distintos, oscilando entre autoritarismo e democracia. É importante deixar claro que esses três períodos apontados na trajetória brasileira - Era Vargas, o nacional desenvolvimentista em regime aberto de 1945-1964 e depois o regime burocrático autoritário de 1964 até o final da década de 1970 - apresentavam núcleo comum e modelos políticos bem divergentes. Em todos os cenários era nuclear tinham em comum a utilização das capacidades estatais para transformação da realidade econômica e social. Logo, é um projeto de mudança racional, orientado e executado pelo Estado, por meio do planejamento, intervenção e com objetivos de atingimento de uma mudança estrutural da vida social. A lógica das três conjunturas era articulada pela ideia de que era preciso deixar a economia se modernizar, que iríamos chegar numa sociedade

democrática, por meio de construções de instituições liberais, garantias e direitos para os cidadãos, assim por diante.

A experiência histórica brasileira já demonstrou que apenas o desenvolvimento econômico não produz necessariamente uma vida democrática. Um exemplo é o grande desencantamento da geração desenvolvimentista dos anos 50 que após golpe de 1964 percebeu que mudança econômica não receita certa para mudança e evolução institucional. O nacional-desenvolvimentismo do período militar potencializou a industrialização e balcanizou a sociedade civil, por meio do aumento das desigualdades sociais e da concentração de renda. A ditadura militar foi responsável pela corrosão de mecanismos preciosos de uma cultura moderna e democrática como a livre organização sindical, a organização de corpos intermediários, de meios de pressão, de partidos políticos e da divisão dos poderes. Enfim, as estruturas institucionais e de participação foram enfraquecidas ou destruídas ao longo do regime militar. Também a crise econômica legada logo após o sucesso do Milagre Econômico, com dívida internacional altíssima, inflação e depois hiperinflação, retração industrial, desemprego e falência dos fundos públicos serviu para sinalizar o possível fim da tradição desenvolvimentista.

Adiante, com o fim do regime militar, a redemocratização e da onda neoliberal da década de 1990, uma nova experiência desenvolvimentista se desenhava no horizonte – o novo desenvolvimentismo, incorporado como tela de fundo nos governo Lula. Neste ponto é importante salientar que a literatura não é uníssona nesse debate. Vários analistas não reconhecem os governos petistas como novo desenvolvimentista e, em outra ponta, outros pesquisadores afirmam que foi. Eu pertenço ao segundo grupo de pesquisadores, e identifico ressignificações muito importantes na agenda do desenvolvimento provocado pela ação estatal, sem os quais fica difícil compreender a a organização e ascensão da Nova Direita nos últimos anos no Brasil.

A tarefa do Estado desenvolvimentista com o governo Lula (2003-2010) e no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014), não era pautado na resolução dos problemas na ordem da produção, mas sim da distribuição. Estes governos não lidavam mais com o problema do subdesenvolvimento (incapacidade estrutural de avançar uma economia de tipo capitalista moderna) tornando central sem seus governos o tema da desigualdade.

Duas observações que acho relevantes neste ponto da análise. A primeira é compreender que subdesenvolvimento, pobreza e desigualdade não são termos sinônimos. Sendo o subdesenvolvimento uma condição estrutural, marcada pela incapacidade de produzir, todo o sistema e indivíduos tenderão à ter reduzida chance de ganho e bem estar, ficando na órbita da pobreza. Quando o subdesenvolvimento é superado e a economia nacional se torna dinâmica, o problema de não distribuir os frutos desse progresso vai tornando essa sociedade desigual, com diferenças enormes de poder aquisitivo entre a população. Anteriormente às décadas de 1960 e 1970 a economia brasileira enfrentava a incapacidade de produzir, em especial de dar saltos de qualidade na evolução à patamares mais sofisticados da industrialização pesada e inovação – estava marcada pelo signo do subdesenvolvimento. Após o Milagre Econômico ficou visível que o planejamento econômico pudera mudar algo na estrutura produtiva, mas acentuara a diferença distributiva. Após a grave crise dos anos

de 1980, a desigualdade se torna uma realidade em um país que se modernizara com fundos públicos e implementados pelo seu Estado Nacional. Este é a segunda observação que queria registrar, a de que em nossa trajetória final do nacional desenvolvimentismo, o crescimento econômico foi bancado com recursos públicos, mas sem promover efeitos socioeconômicos públicos. Ou seja, se o subdesenvolvimento era produto do modelo primário-exportador herdado da fase colonial, a desigualdade enquanto estrutura funcional do capitalismo brasileiro havia sido um sub produto do uso das capacidades e dos fundos públicos vertidos exclusivamente nos setores econômicos.

O novo desenvolvimentismo retoma o debate subdesenvolvimento, entendido como falha estrutural, mas o ressignifica, incluindo a chave social. Ele não vai enfrentar uma pobreza estrutural de uma economia incapaz de produção, mas a pobreza do ponto de vista da desigualdade e capacidades. Quer dizer, é um governo que precisa combater a pobreza, a exclusão, o racismo, os problemas fundamentais para o empoderamento de gênero, questões indígenas, as mudanças climáticas e a garantia de direitos para a população LGBTQIA+ no Brasil.

Acredito que um dos maiores desafios do governo recente é realocar o Estado para a função de mudar a sociedade e promover a equidade social. Essa lógica é a mesma da anterior tese nacional-desenvolvimentista, com nova diretriz: a de compreender os déficits estruturais da vida social como problemas da vida democrática. Em outros termos, se em momento anterior o desenvolvimento era baseado na economia mediante a industrialização agora as condições sociais, articulados no eixo material e imaterial são questões políticas centrais. Ressalto a presença também dos chamamos de direitos coletivos e difusos, com especial destaque para a crise ambiental e a sustentabilidade.

O debate em torno das mudanças materiais, imateriais e difusas é exatamente o contexto que dará origem à posição de reação da Nova Direita brasileira. Com relação à perspectiva econômica, a reação ao projeto novo desenvolvimentista é a pauta do ultraliberalismo pós 2016. Para esse setor o mantra e a palavra-chave são, como apontado por Camila Rocha em *Menos Marx, mais Mises* (2021) - menos Estado. Por que eles querem menos Estado na vida pública? Porque isso representaria menos regulação, menos capacidade de intervenção, menos estatais, redução da função pública ao mínimo e eliminação do papel do Estado enquanto responsável pela transformação da vida social. Por consequência, a Nova Direita no sentido liberal do termo, se opõe à um Estado com grandes capacidades, que era o modelo adotado pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), independentemente de ter dado certo ou não. Por fim, para o pensamento conservador, menos Estado significa a retirada de todas as questões imateriais que foram entendidas como tarefa do Estado em governos progressistas nos últimos anos.

José Augusto Marques de Souza e Maycon Leandro: O termo “crise democrática” é recorrente no debate político atual, havendo uma profusão de visões sobre o tema. Como você entende os contornos dessa crise? E você considera que de fato estamos inseridos em uma crise?

Vera Alves Cepêda: Para iniciar a questão, acredito que a democracia sempre esteve em processo de mudança, se reconstruindo ao longo do tempo. Para tal, é importante lembrar que o amor à democracia não era exatamente parte do projeto político liberal, no sentido da democracia de massas. Ele precisou passar pela pressão da organização e das lutas dos movimentos sociais, especialmente, das classes trabalhadoras no final do século XIX e começo do século XX (cf. Charles Tilly em *Coerção, Capital e Estados Europeus*). A democracia foi se adaptando ao longo do tempo, assumindo a dimensão de um processo, porém embora flexível e dinâmica, alguns princípios são nela estruturantes e não podem ser alterados. Dizer que há uma crise da democracia, não me parece que seja um termo suficiente para entendermos o que está ocorrendo no cenário brasileiro e internacional. É sempre importante qualificar o grau dessa crise, porque sempre haverá crises democráticas, no sentido das mudanças da sociedade. Trago como exemplo a visão que Kant tinha sobre a evolução do Estado, forçado a acompanhar a sucessão de mudanças dos conflitos sociais, pois, a cada resolução de um conflito novas formas de litígio aparecem ou novas formas de burlar a lei se sucedem, exigindo um novo e mais sofisticado tipo de regulamentação. Portanto, o Estado iria se aperfeiçoando nesse processo de disputas e conflitos, indo em direção a transformação social da sociedade moderna.

258 Eu acho que podemos pensar a mesma coisa com relação às instituições democráticas. O fato das democracias terem de se ajustar à novos e diferentes contextos não significa o seu fim. É possível que a adoção de novos aspectos, demandas e dinâmicas ao contrário de significar seu fim, a renovem. Os limites dessa transformação só não são benéficos quando são abalados os alicerces da lógica democrática. Esses são os riscos trazidos historicamente pelo nazismo, fascismo, ditaduras e hoje pela tese da corrosão das instituições democráticas pela corrupção de sua própria dinâmica interna. Os projetos políticos anti-institucionais ou anti-sistema, defendidos pela parte mais radical da Nova Direita brasileira primam pelo objetivo da destruição das regras vigentes, dos acordos e direitos pactuados, das funções estabelecidas entre Estado e Sociedade e pela eliminação dos fundamentos da vida democrática.

Algumas análises apontam similitudes na relação entre a crise democrática atual e a ascensão de líderes da extrema direita que, como o ocorrido com a chegada de Hitler ao poder na Alemanha por dentro dos meandros institucionais, acabou por selar o destino da opção democrática e modelou um tipo novo de organização política – o totalitarismo nazista. Aqui é crucial esclarecer que não houve a transformação das instituições vigentes, mas o absoluto abandono da experiência da República de Weimar (1918-1933). No Brasil, caso o resultado das eleições presidenciais de 2022 fosse diferente, resultando na continuidade do governo anterior, talvez poderíamos viver algo semelhante, tendo em vista a chegada ao poder de um governo pela via eleitoral democrática com absoluto desprezo pelas instituições políticas e pelo próprio modelo democrático. O que presenciamos nas eleições de 2022 foi um alto grau de corrosão do processo eleitoral, tentativas de interferências, produções visíveis de manipulação do resultado e implosão de todo mecanismo eleitoral democrático. Para fechar o raciocínio, se o resultado das eleições de 2022 fosse outro, poderíamos dizer adeus à democracia, visto

que ela tenderia ser implodida por dentro e substituída por alguma outra forma de organização do poder político.

Acredito que seja esperado e desejado que a democracia se molde aos imperativos das transformações da vida social, desde que certos compromissos democráticos fundamentais não sejam desconsiderados e jogados na lata do lixo, como o princípio da soberania popular, o pressuposto do direito a ter direitos, o princípio jusnaturalista de que todos são iguais e a de atribuição como tarefa da ação política a meta de resolução de conflitos sociais. Tais premissas me parecem ser as balizas fundamentais da democracia e que irão se adaptando conforme as transformações da sociedade o exigirem.

Não podemos temer as mudanças políticas e sociais, mas devemos temer o risco de derrocada democrática e de implosão de suas instituições. O Brasil chegou nesse ponto? Eu acho que até o presente momento não. Já beiramos o abismo da democracia? Acredito que sim. Podemos beirar de novo? Novamente, sim. Esta percepção dos perigos reais que nos cercam hoje, como já nos cercaram anteriormente, me levam a pensar a democracia como dotada de uma dupla natureza: por um lado ela é *processo*, mas de outro ela é *projeto*. Uma vez que pode sofrer mutações não reversíveis ou desaparecer, é preciso desejar a democracia como uma escolha política. E neste movimento, perguntar, propor e agir em direção à um futuro que ela possa ajudar a sociedade a construir.

259

José Augusto Marques de Souza e Maycon Leandro: Ainda em relação ao seu artigo “A nova direita no Brasil: ideologia e agenda política”, você pontua que o governo do Bolsonaro (2019-2022), teve dificuldades em implementar um programa com “interesses estruturados”, devido a pluralidade e interesses dos grupos políticos e econômicos, como os partidos, organizações sociais e empresas da mídia. Entretanto, o seu argumento parte do pressuposto que mesmo com a fragmentação dos grupos e as disputas ideológicas, não representava que a Nova Direita deixasse de ser menos perigosa. Dessa forma, qual o seu diagnóstico atual sobre a esquerda e Nova Direita no Brasil, tendo em vista que nos seus artigos são abordadas questões acerca do neoliberalismo político e econômico, conservadorismo moral e ultraliberalismo, dentre outros.

Vera Alves Cepêda: Há décadas, quando falávamos de esquerda a imagem que nos vinha era de um projeto político organizado que pregava transformações institucionais duras, mudanças institucionais robustas, questionava o limite das instituições e o papel da democracia. Em relação ao campo da direita, essa imagem é mais nebulosa, devido a sua composição heterogênea, indo dos supremacistas até setores mais alinhados ao espectro conservador-moderado da sociedade. Em alguns casos, a direita pode viver tranquilamente com as instituições democráticas e respeitando as regras do jogo, enquanto de outro lado, existe uma outra parte da direita que não respeita regras e nem as próprias demarcações do jogo. Para piorar, os interesses e comportamentos podem ser muito distintos quando os temas centrais sejam da ordem econômica (as demandas ultraliberais) ou as valorativas (as demandas morais, religiosas ou fundamentadas em visões de mundo). Dai a dificuldade em elaborar uma definição precisa dessa Nova

Direita, o que explica a minha preferência pela utilização da expressão campo político – um arranjo entre atores que não são exatamente iguais, nem sempre com os mesmos projetos e demandas, mas alinhados em uma cooperação política que orbita em eixos estratégicos e comuns à todos. O campo político assim entendido usa uma “janela de oportunidade” dada por um determinado momento político, que os une e lhes permite disputar o poder.

Todos os grupos envolvidos em disputas políticas desejam influenciar ou comandar o Estado. Por que a Nova Direita deseja chegar ao coração do Estado? O Estado de alguma maneira não é necessário se a gente pensar em uma sociedade baseada somente a partir da violência ou conflitos radicalizados, a exemplo da *Bellum omnium contra omnes*, a guerra de todos contra todos de Hobbes. O Estado é primordial para resolução de conflitos e para manutenção do padrão de ordem, por meio de rotinas e estabilização das instituições. Assim, usar a violência por si mesma, constitui uma situação política; usá-la pretendendo atingir uma finalidade diferente dela, constitui outra situação. O que quero dizer é que dentro desta Nova Direita brasileira a violência, o movimentalismo e a lógica da destrutiva não idêntica para todos os atores, em especial quanto ao que se quer com ela. Se for chegar ao coração do poder de Estado para criar novas regras ou se for somente destruí-lo e substituir a ordem política por outro mecanismo de coerção constitui um divisor de águas entre o campo político da Nova Direita.

260

Outra questão que precisamos levar em conta é movimento de cisalhamento interno a esse campo ao longo do tempo. Creio que a configuração das eleições de 2018 foi acentuada nas eleições de 2020 e parte significativa dos contornos foi mantida em 2022. Mas me parece que mudanças importantes ocorreram no âmbito das eleições de 2024. No geral, houve um amortecimento da pauta radicalizada e um recuo do poder de fogo da narrativa moral-conservadora, que ficou mais nebulosa. Em contrapartida, em várias capitais a questão da capacidade empreendedora ganhou mais fôlego e centralidade, recortando um novo ângulo de polarização (como o caso de Pablo Marçal em São Paulo).

Um terceiro ponto para o qual eu gostaria de chamar a atenção é sobre a existência clara e utilizada claramente como ferramenta de orientação da adesão política de um projeto político da Nova Direita. Na experiência da direita brasileira atual, não consigo identificar com clareza um projeto organicamente estruturado e ideologicamente fechado, com começo, meio e fim. No amplo espectro, me parece muito mais um movimentalismo que permite que os atores expressem suas rejeições e ressentimentos, lembrando muito a personalidade autoritária analisada por Adorno. Forma-se uma massa em ebulição e em constante movimento, com muita a enorme energia liberada pela raiva, pela recusa. Nos grupos dirigentes, essa conotação tem menos força e os interesses estão mais organizados, mas a energia política usada é majoritariamente o impulso emocional. Este é o ponto que me parece mais perigoso que as outras formas assumidas pela direita no Brasil em momentos anteriores, talvez com similar somente com a experiência do integralismo (que me parecia mais coerente, coeso e disciplinado; mais espiritual e menos passional).

O perigo aumenta porque houve uma deterioração na vida pública na última década. Nas sucessivas crises posteriores à 2013, 2016, 2018 e o 08 de janeiro em Brasília, encontramos um certo

consenso na literatura da ciência política nacional de que as instituições democráticas minimamente funcionaram, mas não se pode medir o custo de longo prazo desse cumulativo estresse político.

No outro campo político, da esquerda, vemos um fenômeno inusitado com a esquerda sendo arrastada para a defesa das instituições democráticas. Ao longo do século XX eram as correntes à esquerda que se organizavam enquanto movimentos, que ocupavam as ruas em protesto, desejando um novo contrato social e uma nova fórmula de Estado. Hoje, a esquerda funciona como porta-voz em defesa da ordem democrática, representando uma troca de posição muito interessante. Nesse deslocamento a esquerda foi puxada para o centro, enquanto o anterior centro foi puxado para a direita e a anterior direita guinou em direção à extrema direita. Momentaneamente todo o espectro político migrou para uma posição mais à direita do que no espectro anterior e se pode afirmar quanto tempo isso vai durar. Usando a tese relacional apresentada por Bobbio em *Direita e Esquerda* (1995) a força de arrasto da direita permitirá uma reação e rearticulação da esquerda (um Nova Esquerda?). Mas esta é uma hipótese e nada se pode inferir de sua real viabilidade ou tempo de aparição.

José Augusto Marques de Souza e Maycon Leandro: Em falas recentes, você citou a reatividade da nova direita em relação ao projeto novo desenvolvimentista. Como você enxerga essa relação no contexto atual?¹

261

Vera Alves Cepêda: É importante esclarecer que a atual conjuntura política e social do Brasil é diferente do primeiro e segundo mandato do Lula (2003-2006; 2007-2010). Compreendemos que o início do terceiro mandato é, no fundo, um projeto desenvolvimentista (considerado a escolha dos atores para vários postos importantes nos Ministérios e cargos de confiança). A moldura ampla desenvolvimentista permanece visível, com a defesa das capacidades do Estado para diminuição de conflitos sociais, aumento de equidade e justiça social. No entanto, até o presente momento os contornos do projeto não estão claros, ou talvez a implementação dessa agenda não tenha a mesma força dos momentos anteriores ou mesmo viabilidade de execução. Não se pode esquecer que no caso brasileiro estamos falando de uma democracia de massas, de uma sociedade plural e com instituições complexas. Governar nesse cenário exige articulação e criação de mecanismos de coalizão. Então, nenhum projeto chega ao poder e se converte em prática de Estado instantaneamente. Ao contrário, todo projeto carece de mediações, diálogos e concertações desde a sua versão original, considerando-se as relações políticas e os limites institucionais. Nos mandatos anteriores os governos petistas construíram pactos com o empresariado nacional e com os movimentos sociais, possibilitando implementação de partes da agenda novo desenvolvimentista. Essa coalizão se desfez ao longo da década de 2010 e após o impeachment de Dilma Rousseff a situação piorou com as significativas mudanças na relação entre Executivo e Legislativo, onde este último assumiu uma preponderância ausente em governos anteriores. O primeiro elemento de mudança é relativo à noção do

1 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ePaG0sBtDB0>> e <<https://www.youtube.com/watch?v=lompCw63lv0>>. Acesso em: 01 set.2024.

presidencialismo de coalizão. Embora um governo sofresse um desgaste político, era possível a realização de manobras com aliados e oposição, mas agora me parece ser muito mais difícil equacionar as disputas. O segundo elemento é a ascensão de um ator político que estava oculto dessa equação por muitas décadas. Me refiro a uma direita organizada e traduzida em partidos políticos e representantes do Poder Executivo e do Legislativo, inseridas em várias dimensões no país.

A Nova Direita encontra-se presente em meios de comunicação de massa, tanto em redes sociais e *thinks tanks*, também em grandes editoras, presente nos movimentos sociais e com intelectuais próprios. Ocupam cargos estratégicos na política, estão presentes no executivo de prefeituras e governos estaduais, nas legislaturas municipais, estaduais e no Congresso Nacional, com significativa representação em todas as bancadas. Então, em relação à organização da Nova Direita, considero este um desafio do atual governo, visto que governos anteriores não tiveram que lidar com grupos radicalizados. A antiga direita concentrava-se nos grupos fisiológicos, participando das regras do jogo.

No Brasil de hoje, os setores políticos se tornaram mais ideológicos em disputas cada vez mais difíceis de serem solucionadas. O governo em geral não consegue fazer acordos importantes para a vida política, devido uma luta constante por hegemonia, pela polarização dos valores e visões de mundo. A tarefa do governo é governar, mas esta ação acaba dificultada pela lógica da erosão de poder imposta pela oposição (com bancada forte), por restrições ideológicas, pelo fisiologismo, pela busca do controle de recursos (como as emendas) e pela antecipação de uma nova eleição no momento mesmo em que a última acaba de terminar. Para piorar, eu acho que o governo petista, que sempre foi um referencial à esquerda, mesmo com todos os seus problemas, acabou sendo fagocitado pela dinâmica e agenda do centro, ficando em situação ainda mais difícil.

262

José Augusto Marques de Souza e Maycon Leandro: Como você analisa o atual contexto político social brasileiro em torno da retomada das políticas públicas e de desenvolvimento social para o enfrentamento das desigualdades e emergências climáticas? E como a valorização destas políticas públicas podem fomentar o desenvolvimento nacional e a estabilidade democrática no Brasil?

Vera Alves Cepêda: Essa relação com a questão das políticas públicas articuladas com o terceiro mandato do governo, iniciado em 2023, apresenta uma novidade. Sabemos que o mundo vai se modificando, com superação de certos compromissos e adesão à outros. Dessa forma, sinalizo três dinâmicas com dimensões específicas no atual contexto da política.

A primeira versa sobre as características nacionais da expansão da direita. A nossa direita não é igual à direita de outros países, assim como a nossa esquerda também não é igual. Temos que considerar as questões em torno das especificidades, das estruturas de funcionamento, dos atores, da institucionalidade e as disputas ideológicas, pois sem elas não entendemos as particularidades da trajetória nacional, porque elas são nativas, por mais que você importe elementos de fora. Circula muito a afirmação de que a direita no Brasil não é uma direita brasileira ao importar os cânones surgidos em experiências externas. A Nova Direita pode até importar diversos elementos de outras

nacionalidades, mas ao chegar no contexto brasileiro, vai assumindo um caráter nacional – se aclimatando - caso contrário sua sustentação seria mais fraca. E, ao fazê-lo cria uma nova configuração e aspectos para o amplo cânone da direita mundial.

Eu particularmente discordo da perspectiva de que as ideias estão fora do lugar. As ideias circulam mundialmente e são apropriadas e ressignificadas localmente. Se se mantivessem na configuração original (exógena), transplantadas simplesmente, perderiam a capacidade de funcionamento. Elas se tornam endógenas ao ganharem um revestimento e uma roupagem específica para as necessidades do contexto que as recebe, pois é impossível importar literalmente um construto ideacional. Por exemplo, não absorvemos da direita internacional a questão da imigração e a xenofobia, que funciona maravilhosamente em sociedades em que ocorrem grandes ingressos de estrangeiros, transformando-os em o inimigo a ser combatido em função da corrosão dos empregos, do aumento dos custos de manutenção da governança e do uso dos recursos estatais para a cobertura de demandas de saúde, educação e políticas públicas de desenvolvimento social. Tais acirramentos aumentam os conflitos sociais, modificam ou criam mecanismos disfuncionais com relação a uma identidade nacional pretérita, uma vez que a sociedade vai se transformando e, pelo contato com o outro-estrangeiro, caminhando em direção à uma configuração social reconhecida como distópica. É como se uma nacionalidade fosse invadida e modificada endogenamente pelo invasor, até que a imagem original se perca – desde o início do século XX é recorrente a tese do ‘ocaso do Ocidente’ como exemplar dessa lógica, mobilizando o ódio e a cenofobia como mecanismos de manutenção de um projeto puro e mais tradicional de identidade nacional.

263

No Brasil, adotamos como inimigo as capacidades estatais e o “esquerdopata” (curioso que não se utilize em contraponto a expressão “direitopata”). Aqui, o combate é contra a integração de grupos minoritários, a expansão das liberdades de orientação sexual, o acesso de gênero e raça à equidade social e política. Reforço ainda a tese de que a Nova Direita tem dificuldade na elaboração de projeto em nível nacional, mas se beneficia em muito do espírito do ódio e do ressentimento e precisam, para formar as fronteiras identitárias desse campo político, encontrar um grupo ou setor social que encarne a ameaça.

A segunda dinâmica é originada nas grandes transformações do mundo da produção. O compromisso democrático não é imune aos riscos e nem às transformações do capitalismo global, que caminha em direção à balcanização das relações de trabalho. Não estamos lidando somente com precarização do trabalho, mas também com o estilhaçamento da própria categoria trabalho, de um lado premida pelos interesses ultraliberais de diminuição dos custos do trabalho e, de outro, pela perda de protagonismo dos sindicatos e enfraquecimento da capacidade de organização e de luta dos trabalhadores. No entanto, continuamos falando de uma sociedade que depende da renda do trabalho para pagar as contas no final do mês, e ao mesmo tempo e contraditoriamente, de pessoas que não se reconhecem como trabalhadores, mas como empresários de si mesmo. O fenômeno da ‘pejotização’ é um exemplo da degradação do trabalho que estamos enfrentando no Brasil, à reboque do que acontece em outros países. Desapareceram em parte, por enquanto, elementos de tensão clássicos e que

organizaram a luta democrática por dois séculos. Ao tirar as lutas operárias, o que ficará em seu lugar? Como é que os atores que continuam dependendo da renda do trabalho e não se reconhecem na categoria de trabalhadores irão criar uma pauta de organização para a manutenção dos seus direitos e forçar o sistema a redistribuir os frutos do progresso social, neutralizando a força de privatização e extrema concentração da riqueza? Como o Estado irá lidar com os conflitos radicalizados, a atenuação da balcanização da vida dos indivíduos e estabilização econômica?

Nem podemos mais dizer que o acirramento das desigualdades é uma temática específica da periferia, porque ela está ocorrendo em todas as sociedades urbano industriais, incluindo as que ocupam posição de destaque.

Um terceiro ponto é que existe um ator até bem pouco tempo invisibilizado, mas portador de estrondosa força de mudança social que é a problemática do Antropoceno. Temos acompanhado as mudanças climáticas com alta capacidade destrutiva, resultante da acumulação dos efeitos disruptivos da ação humana na Era industrial. Combustíveis, materiais sintéticos, obsolescência programada, consumismo, degradação de recursos naturais, expansão de fronteiras do agronegócio, guerras, agrotóxicos, entre outros, chegaram ao topo dos riscos que hoje ameaçam pessoas, famílias, empresas, cidades, nações e o próprio planeta.

Consequentemente, uma nova pauta se impõe, inevitavelmente às sociedades: como resolver a crise ambiental e restaurar um mínimo de justiça climática. E a resposta a esta questão passa, muito residualmente pela tecnologia, porque a tecnologia não irá resolver a maneira como os homens estão administrando o planeta onde eles vivem (e que é literalmente finito quando tratamos das condições de sobrevivência da espécie humana). Esta questão é absolutamente inédita, nunca ocorreu na experiência sociopolítica da humanidade. Ela é transdisciplinar por princípio e de uma maneira nunca antes imaginada. É também global, completamente global, de uma maneira absolutamente inédita. E só poderá ser resolvida pela mudança de estilo de vida e reorganização da vida social – dois pontos absolutamente pertinentes ao campo da política.

Para finalizar, eu terminaria dizendo o que nesse cenário que estamos vivendo, queria recuperar a afirmação de um colega, o cientista político Cláudio Couto de que “Fora da Política não há Salvação”². Sendo assim, eu também considero que somente pela política que iremos reposicionar as relações do processo de produção, de acumulação e distribuição de forma precisa e coerente com os problemas que estamos enfrentando. Talvez, a questão da mudança climática, seja o elemento que possa recolocar no centro do debate político a grande política: a solução de conflitos e a construção do futuro.

2 Podcast disponível em: <<https://foradapoliticanaohasalvacao.blog/>>. Acesso em: 05 set.2024.

Referências

BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOBBIO, N. **Direita e Esquerda**: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Unesp, 1995.

CEPÊDA, V.A. A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. **Mediações**, Londrina, v.23 n.2, p.75-122, mai.-ago, 2018.

CEPÊDA, V. A. **A nova direita no Brasil**: ideologia e agenda política. In: Marcelo Buzetto. (Org.). **Democracia e direitos humanos no Brasil: a ofensiva das direitas (2016/2020)**. 1ed. São Paulo: CUT, v. 1, p. 73-91, 2021.

DAHL, R. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: EDUSP, 2005.

ROCHA, C. **Menos Marx, mais Mises**: O liberalismo e a nova direita no Brasil. São Paulo: *265* **Todavia**, 2021.

TILLY, C. **Coerção, Capital e Estados Europeus**. São Paulo: EDUSP, 1996.